

A MULTITERRITORIALIDADE DO MUNDO E O EXEMPLO DA AL QAEDA

LA MULTITERRITORIALIDAD DEL MUNDO Y EL EJEMPLO DE AL QAEDA

THE MULTITERRITORIALITY OF THE WORLD AND THE EXAMPLE OF AL QAEDA

Rogério Haesbaert

Universidade Federal Fluminense
Correio eletrônico: rogergeo@uol.com.br

Resumo: Este artigo envolve o debate em torno da nova organização espacial e da nova regionalização do mundo, estruturada não pelo “fim dos territórios” mas por uma multiterritorialidade que inclui três tipos de espaços: territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão. O exemplo da organização Al Qaeda ilustra bem esta complexa multiterritorialidade como importante fonte de poder que pode servir tanto para o terrorismo internacional quanto como meio para mobilizações democráticas.

Palavras-chave: Multiterritorialidade, territórios-zona, territórios-rede, aglomerados de exclusão, Al Qaeda.

Resumen: Este artículo es un debate sobre la nueva organización espacial y la nueva regionalización del mundo, estructurada no por el “fin de los territorios” pero por una multiterritorialidad que incluye tres tipos de espacio: territorios-zona, territorios-red y aglomerados de exclusión. El ejemplo de la organización Al Qaeda ayuda a comprender esta compleja multiterritorialidad como una importante fuente de poder que puede servir al mismo tiempo para el terrorismo internacional y para mobilizaciones democráticas.

Palabras clave: Multiterritorialidad, territorios-zona, territorios-red, aglomerados de exclusión, Al Qaeda.

Abstract: This paper is a debate about the new spatial organization and regionalization of the world, structured not by the “end of territories” but by a multiterritoriality including three types of spaces: zone-territories, network-territories and exclusion agglomerates. The example of the organization Al Qaeda shows this complex multiterritoriality, an important source of power sustaining international terrorism but also a way for democratic mobilizations.

Keywords: Multiterritoriality, zone-territories, network-territories, exclusion agglomerates, Al Qaeda.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18 , vol. I, n. 18	p. 37 - 46	JAN.-JUN./ 2.002
-------------	-----------	------------------------	------------	------------------

Introdução

O objetivo básico deste trabalho é debater algumas propostas em torno da organização do espaço mundial num período de intensas transformações e de des-ordem política, econômica e cultural como este em que vivemos. Partimos do princípio de que o espaço mundial contemporâneo se organiza multiterritorialmente em torno de três elementos ou manifestações geográficas concomitantes: os territórios-zona, mais tradicionais, prevalentes na lógica política, especialmente no princípio territorial que rege os Estados-nações; os territórios-rede, majoritários na lógica econômica das grandes corporações globais, e aquilo que denominamos os aglomerados humanos de exclusão, espaços representativos da lógica excludente que relega muitas áreas do planeta a uma espécie de desordem sócio-espacial.

É fundamental destacar, desde o início, que esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma multiterritorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o de território-rede.

Ao final, a organização terrorista Al Qaeda será utilizada para exemplificar essa “nova desordem” sócio-espacial, na medida em que conjuga um vasto território-rede global alicerçado em “células” flexíveis de base local e o apoio da territorialidade mais tradicional de alguns Estados-nações, ao mesmo tempo em que busca adeptos entre os aglomerados de excluídos em áreas desoladas como o interior do Afeganistão.

Novos processos de regionalização

Em primeiro lugar, cabe-nos questionar sobre a dinâmica sócio-espacial que abrange a escala mundial como um todo, ou seja, sobre as novas formas possíveis de regionalização. O capitalismo globalizado de acumulação flexível (Harvey, 1989) e sua incorporação efetiva do planeta como um todo não provocou a pretendida homogeneização geográfica. Pelo contrário, sua dinâmica des-igualizadora combina-se com o reativar de identidades territoriais mais fechadas e com o reforço de algumas entidades territoriais nacionais, inclusive no espaço do ex-bloco “socialista”. Muito mais do que um processo unilateral de globalização trata-se de uma dinâmica global-fragmentadora (Haesbaert, 1998) e/ou de “glocalização” (Robertson, 1995; Swyngedouw, 1997) - mais um conceito híbrido forjado na imbricação de outros, mais claramente definidos - no caso, a globalização e a “localização” ou, para outros, regionalização ou fragmentação.

A inexistência de coerências espaciais suficientes para um mapeamento do mundo em termos de áreas contínuas coloca um aparente impasse. Alguns autores ainda mostram a validade, pelo menos parcial, dessas divisões, sejam aquelas propostas em termos político-econômicos (como os blocos internacionais de poder, em Haesbaert, 1990) ou em termos culturais (como na polêmica divisão do mundo em grandes civilizações proposta por Huntington, 1997). Mas a verdade é que, cada vez mais, fortalecem-se dois processos incompatíveis com uma regionalização em moldes tradicionais:

- primeiro, a crescente globalização (em rede) dos mais diferentes fenômenos, da ordem econômico-política às organizações culturais, dos circuitos legais aos ilegais - o fato destas redes globais nem sempre estarem claramente conectadas entre si sugere a possibilidade de uma “regionalização global em rede” (Haesbaert, 1999)¹;

- segundo, a “fragmentação” a um nível micro ou local, o local servindo tanto de “refúgio” resistente à globalização quanto como “microcosmo” dos processos de glocalização, já que o

capitalismo reproduz sua dinâmica desigual numa profundidade nunca vista, deslocando relações como as de centro e periferia para escalas muito menores (ou maiores, no sentido cartográfico do termo).

Alguns autores como Edgar Morin acreditam até mesmo na constituição de um território-mundo (Morin, 2002). Este, contudo, não seria uma condensação de todas as dimensões sociais, amalgamadas pela concretização da idéia de uma Terra-Pátria (Morin e Kern, 1995), mas a consolidação de uma infra-estrutura material especialmente em termos de redes de transporte e comunicações. Morin acredita que o mundo dispõe de um território (noção questionável, na medida em que se reduz às bases materiais), de uma economia e mesmo de uma cultura mundial, mas não dispõe ainda de “dispositivos essenciais” de “regulamentação econômica, política, policial e da biosfera”, ou seja, “temos as infra-estruturas, mas não as superestruturas” (Morin, 2002, p. A-17).

Esta dinâmica complexa de globalização-fragmentação incorpora velocidades que permitem um nível inédito de transformação e recomposição sócio-espacial, em parte, graças aos meios técnicos facilitadores de contatos instantâneos (no “ciberespaço”) e mobilidade física acelerada.

Massey (1998), a partir da análise da região sul da Inglaterra, propõe repensar a região e para isto sugere uma interessante composição que alia a materialidade do espaço econômico e as representações criadas sobre a região, as interconexões regionais e a diferenciação intra-regional, as continuidades e as descontinuidades espaciais, onde “interessam mais os tipos de ligações (inter-regionais) do que os tipos de fronteira”. E completa: “Difícilmente a região terá, coerentemente integrados, aspectos diversos como atividades econômicas, aspectos de cultura, estilo de vida e classe”. (p. 57)

Desta forma, regionalizar significa encontrar determinadas coerências ou coesões que não excluam outras e admitem também a existência de “vazios” (ou “buracos”, nos termos de Massey). Em outros termos, ao lado do desenho em rede (os territórios-rede) e em área (os territórios-zona) teríamos as áreas excluídas destes processos mais ordenados, a que chamaríamos aglomerados humanos de exclusão.

Territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão

Uma das formas de regionalizar o mundo contemporâneo é aquela que considera as três concepções ou os três elementos de composição do espaço geográfico acima aludidos. Ao invés de uma regionalização baseada num único padrão de organização do espaço, em termos de superfícies ou áreas, introduzimos assim uma visão múltipla, envolvendo uma lógica espacial areal (Berque, 1982) ou zonal, onde se forjam territórios tradicionais ou territórios-zona; uma lógica reticular composta por redes ou territórios-rede, e uma lógica sócio-espacial mais complexa, mal definida (algo “i-lógica”), constituída pelos aglomerados humanos de exclusão.

Embora esta discussão mereça um aprofundamento maior, sintetizamos aqui algumas considerações sobre estes três elementos. Raffestin (1988, 1993 [1980]) afirma que o território é composto de três “invariantes” básicas, os nós, as malhas ou tecidos e as redes, cujo domínio varia

1. “Se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes ‘pontual’ da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas. Nesse caso, uma proposta interessante seria realizar uma ‘regionalização global em rede’, onde poderíamos distinguir territórios-rede de múltiplos agentes, como os que envolvem as grandes diásporas de imigrantes, os circuitos do narcotráfico, do contrabando, do sistema financeiro, do turismo internacional etc. Eles funcionam integrados ao sistema-mundo mas têm importantes especificidades que permitem uma leitura geográfica particular de suas atuações”. (Haesbaert, 1999, p. 31)

conforme o período histórico que estivermos analisando. Se nas sociedades tradicionais dominava a invariante malha (em forma de áreas ou superfícies), no mundo moderno contemporâneo dominam as redes. Lévy (1993), por sua vez, trabalha com duas “métricas”, a métrica territorial, de caráter mais horizontal, e a métrica das redes, mais verticalizada. A ocupação agrícola do solo, por exemplo, seria típica da reprodução de uma métrica territorial. Coincide assim com a lógica espacial dominante nas sociedades tradicionais. No meio técnico-informacional (Santos, 1985), muito mais fluido, a métrica reticular é a que dá as cartas em termos de organização do território.

Temos assim um caminho que remonta aos primórdios da Geografia, pois se confunde com a própria história da disciplina o reconhecimento de que o espaço (ou o território) conjuga lógicas mais horizontalizadas ou em superfície e lógicas mais verticalizadas ou em pontos e linhas (redes). O que haveria de “novo”, hoje, seria, em primeiro lugar, a predominância, indiscutível, da forma “rede”, seja ela vista como distinta do território (como no raciocínio de Jacques Lévy), seja ela vista de maneira indissociável (como no território-rede discutido em Haesbaert, 1994; Souza, 1995 e Veltz, 1996). Além disso, o nível de exclusão sócio-espacial, nunca tão pronunciado, sugere a formação de espaços que não configuram uma lógica ou uma métrica clara, mas espaços muito complexos e extremamente frágeis em termos das territorialidades e/ou redes que incorpora, formando aquilo que denominamos aglomerados humanos de exclusão.

Embora territórios-zona e territórios-rede geralmente se sobreponham, sua representação espacial é mais nítida do que a dos aglomerados de exclusão. Variando a escala, por exemplo, podemos visualizar ora os territórios-zona, ora os territórios-rede, os primeiros constituindo pontos de articulação ou de conexão para os segundos. Quanto aos aglomerados de exclusão, eles se manifestam tanto de forma muito fragmentada, nos interstícios da sociedade (famílias de sem-teto vagando pelas cidades, por exemplo) quanto de forma contínua, em áreas maiores (como nos grandes acampamentos de refugiados). Seu caráter transitório e móvel é que dificulta uma idéia mais clara de sua configuração espacial. A melhor evidência disto é a mudança constante dos mapas da ONU representando a distribuição dos refugiados em todo o mundo.

As lógicas espaciais que podemos denominar, simplificada, de zonais, reticulares e complexas, são lógicas imbricadas que admitem, assim, o tempo inteiro, sobreposições. Poderíamos mesmo dizer que se tratam de três leituras concomitantes do espaço contemporâneo, cada uma tendo sua especificidade no processo de construção e destruição de territórios (ou, de forma sintética, de des-re-territorialização). Por isso as noções de destruição e reconstrução de territórios serão fundamentais nesta análise.

A multiterritorialidade

O mundo contemporâneo sofre um processo de complexificação nunca vista em termos de dinâmica territorial. O discurso da desterritorialização é uma evidência disto (Haesbaert, 1994, 1995 e 2001; O’Thuatail, 1998; Mitchell, 2000). Em meio à dificuldade de compreender a nova dinâmica, apela-se para discursos simplistas como o do “fim dos territórios” (Badie, 1996) e até mesmo o do “fim da geografia” (Virilio, 1997).

Na verdade vivemos, muito mais do que o domínio da desterritorialização, a construção de “territórios múltiplos” e a possibilidade de vivenciar uma “multiterritorialidade”. Em trabalho anterior (Haesbaert, 2001c) distinguimos estes dois termos. Territórios múltiplos seria o termo “mais adequado para indicar a convivência, lado a lado, hoje, de diferentes lógicas de territorialização”, enquanto multiterritorialidade seria “mais apropriado para dar conta da sobreposição de lógicas territoriais, seja no interior de uma mesma escala geográfica, seja pela sobreposição de lógicas territoriais que ocorrem em escalas distintas” (Haesbaert, 2001c:72)

Assim, a multiterritorialidade se realizaria tanto na sua forma “passiva”, permitindo a partir de um mesmo local o acionar (ou mesmo o controle, via Internet, por exemplo) de múltiplas escalas territoriais, quanto na sua forma “ativa”, com o deslocamento físico extremamente facilitado para quem tem acesso permanente aos meios de transporte mais rápidos. Tudo isso, é claro, facilitado graças ao acesso aos pontos de conexão às redes (ou aos territórios-rede) dos circuitos globalizados.

Na verdade o que distingue mais claramente este caráter entre uma multiterritorialidade “ativa” e “passiva” é a condição de classe de quem dela participa: é muito diferente a situação do pobre que recebe passivamente “o mundo dentro de casa” via tevê (com apenas algumas opções para mudar de canal), e a do capitalista que, via Internet, controla seus negócios em distintas partes do mundo. No primeiro caso poderíamos dizer que a “compressão espaço-tempo”, nos termos de Harvey (1989), é um processo de glocalização (relações global-local) em que o global se impõe quase que unilateralmente sobre o nível local. No segundo caso, o sentido da glocalização é muito mais efetivo, na medida em que há uma resposta a nível local capaz de influir nos processos globais, numa espécie de “alongamento espaço-temporal” local-global, nos termos de Giddens (1991).

Reconhecer “múltiplos territórios” significa admitir a existência de distintas formas de conceber e de vivenciar a territorialidade, que depende muito da condição cultural e de classe de cada grupo social. É importante lembrar que esta multiterritorialidade não é em si positiva ou negativa:

(...) a multiterritorialidade contemporânea, tão enaltecida por alguns, deve ser interpretada em sua dupla face: a reterritorialização pode ser libertária, sugerindo opções e contrastes, permitindo a livre manifestação de identidades e ao mesmo tempo opressora, quando se fecha, voltando-se apenas para seus ‘iguais’ e ignorando o diálogo e o confronto renovadores. Trata-se aí de uma fragmentação pela supervalorização do território. Por outro lado, a fragmentação pela valorização das redes e da globalização, a todo momento, impelindo-nos a rápidas mudanças de escala (e, conseqüentemente, de parâmetros identitários) também pode ao mesmo tempo gerar a insegurança e o medo, fragilizando-nos, ou o desafio e o conflito, no sentido de permitir múltiplos pertencimentos, a vivência concomitante de múltiplas identidades. (Haesbaert, 1997:271)

Aquilo a que denominamos “territórios múltiplos” pode ser desdobrado em diferentes tipos de territorialidade, dependendo da sua abertura para o exterior (lembrando o conceito de territorialidade de Robert Sack [1986] como controle da acessibilidade). Duas reflexões anteriores representaram tentativas neste sentido. Na primeira delas (Haesbaert, 1997, p. 263), distinguimos entre *territórios-clausura*, muito mais arraigados e de fronteiras mais fechadas; *territórios constringentes*, capazes de impor certas resistências à penetração de fluxos mais amplos (em rede); e *territórios-suporte* ou *territórios-rede*, “quando servem basicamente como patamar (de caráter administrativo ou funcional) subordinado a interesses (na forma de redes) externos, sustentando ou fortalecendo as redes da divisão social do trabalho”. (p. 264) A este sentido de território-rede mais como suporte das redes devemos destacar hoje a própria configuração em rede do território (Souza, 1995).

Uma outra distinção foi a que fizemos em Haesbaert (2001c), onde identificamos quatro tipos principais de territorialidades ou de processos de territorialização:

a. Territorializações mais tradicionais e exclusivistas, que não admitem sobreposições de jurisdições e defendem uma maior homogeneidade interna, como a lógica clássica do poder e controle territorial dos Estados nações, tanto aqueles construídos sobre a idéia da uniformidade cultural quanto os Estados pluri-étnicos, mas que buscam diluir a pluralidade étnica pela invenção de uma identidade nacional comum.

b. *Territorializações fechadas, ligadas aos territorialismos², que não admitem nenhuma pluralidade de poderes e identidades culturais, como a lógica dos talibãs afegãos e a das “soluções” territorial e socialmente fragmentadoras dos conflitos bósnio e palestino.*

c. Territorializações mais flexíveis, que admitem ora a sobreposição (ou a “multifuncionalidade”) territorial, ora a intercalação de territórios - como é o caso das territorialidades diversas e sucessivas nas áreas centrais das grandes cidades, organizadas em torno de usos temporários, entre o dia e a noite (Souza, 1995), ou entre os dias de trabalho e os fins de semana;

d. *Territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição de funções e controles, como nas novas formas de gestão multi-escalares em que começam a se conjugar níveis locais, regionais, nacionais, mega-regionais (ou de blocos) e globais.* (Haesbaert, 2001c:72)

Fica claro que, enquanto nos dois primeiros casos ainda domina a concepção de territórios-zona, os dois últimos se aproximam da concepção de territórios-rede, concepção “híbrida” que alia a relativa estabilidade de espaços locais – como as bases ou “células” de uma organização ilegal – e a flexibilidade das redes, com seus fluxos de várias ordens.

Embora reconheçamos que uma parcela crescente de indivíduos participa de uma multiterritorialidade cada vez mais efetiva, com a opção de acionarem diferentes territórios, com ou sem mobilidade física (percorrendo redes ou, mais passivamente, ativando conexões), enfatizaremos aqui a análise desses “territórios múltiplos” que se alternam e/ou que se sobrepõem de forma concreta na face da Terra. Utilizaremos para isso um exemplo bastante conhecido e atual, a constituição da rede terrorista Al Qaeda, sob a direção de Osama Bin Laden, a fim de demonstrar como as mais diversas noções de território aparecem imbricadas numa mesma organização social.

A multiterritorialidade da organização Al Qaeda

No nosso ponto de vista, grande parte da eficácia da organização terrorista Al Qaeda, pelo menos até os atentados de 11 de setembro, deve-se ao fato de ela saber usufruir, ao mesmo tempo, da multiterritorialidade (em geral privilégio das elites planetárias, das quais Bin Laden fazia parte) e dos múltiplos territórios (ou formas de territorialidade) vigentes na atualidade³. É muito conhecida a agilidade com que estes grupos mobilizam seus membros através de “células” espalhadas por quase todo o mundo, ativadas e desativadas com uma facilidade surpreendente. Parte desta agilidade se deve ao acesso às redes técnico-informacionais contemporâneas e aos investimentos mantidos pelo grupo, especialmente em setores ilegais da economia. Outro fator, igualmente, é a utilização de espaços não-específicos, como residências em meio a bairros de classe média em grandes cidades, e a multifuncionalidade das células, que podem ficar desativadas durante muito tempo, ou ser ativadas somente para arrecadação de fundos ou para atividades pacifistas.

Algumas características centrais da atuação da Al Qaeda demonstram bem como ela incorpora traços muito atuais da territorialidade, além da flexibilidade e da multifuncionalidade acima aludidas. Sabe-se que nunca, como hoje, o território incorporou uma dimensão simbólica. Os atentados terroristas atingindo alvos não exatamente militares, mas carregados de simbolismo

². Lembrando que territorialismo é definido por Brunet et al. (1993) como “o mau uso da territorialidade, derivação pela qual se sobrevaloriza um território de pertencimento, ao ponto de pretender excluir toda pessoa considerada como estrangeira”. Aparece assim associado a “terrorismo” e a uma “visão animal de território” naturalizada, inquestionável, ou seja, sem historicidade (p. 481).

³. Utilizamos como base empírica para estas considerações artigos de jornal levantados desde os atentados de 11 de setembro de 2001 (jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Courier International), documentários de televisão, “sites” da Internet e livros em estilo jornalístico (raros em português), especialmente Bodansky (2001) e Carmo e Monteiro (2001).

frente ao poderio norte-americano (ou, para outros, “ocidental”), é uma clara evidência de que importa cada vez mais o espaço enquanto representação, como portador de significados, como referência simbólica. O espaço das torres gêmeas do World Trade Center, prédio mais alto de Nova York, de certo modo vista como a “capital econômica do mundo”, e o prédio monumental do Pentágono, sede dita inviolável do comando do maior circuito de poder político-militar do planeta, falam por si.

Outra característica contemporânea muito evidente na construção da territorialidade é o domínio dos territórios-rede, que permitem muito maior mobilidade e flexibilidade, onde o controle sobre as pessoas se dá muito mais pelo controle de pontos estratégicos que conectam redes do que pelo domínio de grandes áreas ou zonas (como é a lógica dominante do poder estatal). A Al Qaeda tem como estrutura básica células ancoradas em pontos-chave em diversos países do mundo, da América do Sul às Filipinas. Não é sua preocupação o comando de áreas contínuas, embora ela utilize o apoio logístico de alguns Estados-nações comprometidos, aberta ou veladamente, com os seus propósitos. É interessante notar que mesmo estes países são quase sempre países de territorialidade instável e pouco sólida, como a Somália (dividida em pelo menos três unidades políticas), o Sudão (com a mais longa guerra separatista da África) e o Afeganistão – exatamente os três países que acolheram Osama Bin Laden após sua saída da Arábia Saudita.

Algumas evidências da importância da estruturação em rede para a Al Qaeda está na mobilização física de milhares de jovens de todo o mundo que afluíam ao Afeganistão⁴ e na utilização dos circuitos do capital internacional comercial e financeiro - das redes ilegais de comercialização de diamantes em Serra Leoa e de lavagem de dinheiro na Irlanda e na Suíça aos investimentos nas bolsas de valores. Dados divulgados pela CIA previam em 250 milhões de dólares a fortuna de Bin Laden e em 3 bilhões o movimento da rede financeira cujos lucros sustentariam as ações do grupo, envolvendo doações de voluntários ricos de vários países e diversos governos estatais.

Pelo seu caráter muito mais difuso, fragmentado e descontínuo (mas não desarticulado) no espaço geográfico, o terrorismo constitui um dos âmbitos “ilegais” mais perversos da globalização, e seu produto direto. É interessante lembrar que as conexões de uma rede como a da organização de Bin Laden vincula os territórios mais excluídos do processo globalizador, como os do interior afegão, até as “mecas” do capitalismo global, em Manhattan. Embora também possa surgir em áreas centrais do capitalismo mundial, é nas áreas mais pobres e excluídas (os aglomerados humanos de exclusão) que a rede do terrorismo de fundamentação religiosa pode se ver legitimada, como portadora das últimas esperanças de quem simplesmente não tem mais nada a perder.

Finalmente, como já afirmamos, a territorialidade se caracteriza hoje pela sobre/superposição de vários tipos de território ou pela possibilidade de acionar estas várias modalidades. Se o alvo da organização de Bin Laden eram espaços carregados de força simbólica e se o movimento se organiza em “territórios-rede” de alcance global, suas bases podem estar nas velhas manifestações do território como abrigo ou como proteção física dos grupos sociais. As cavernas do Afeganistão são o exemplo deste “velho” território⁵. O apoio do Estado-nação e de suas fronteiras se alia aqui com a proteção do meio físico, na mais elementar das relações do homem com o território, no sentido dos recursos que a natureza proporciona para a sua sobrevivência e/ou segurança.

⁴ Dados recentes obtidos por jornalistas do “The New York Times” permitiram identificar os seguintes países de origem dos jovens que treinaram no Afeganistão talibã, inspirados por Bin Laden: Paquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Quirguistão, Síria, Egito, Marrocos, Argélia, Jordânia, Turquia, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Iêmen, Sudão, Somália, Bósnia, Bangladesh, China, Filipinas, Rússia, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos (cf. artigo “Documentos revelam cotidiano da Al Qaeda”, *Folha de São Paulo*, 24.03.2002).

Até mesmo uma potência como os Estados Unidos protelou o mais que pode a penetração por terra no Afeganistão, preferindo deixar a cargo das tropas locais da Aliança do Norte a ocupação do terreno. A exemplo dos russos, temiam entrar numa guerra que, tal como no Vietnã, apesar de uma ecologia completamente diversa (das florestas tropicais para o deserto de alta montanha), oferece empecilhos muito sérios à ocupação e ao deslocamento.

Por outro lado, a rede terrorista faz uso também das articulações possíveis entre múltiplas escalas / múltiplos territórios. Temos então não uma dinâmica do terror “desterritorializada”, por aparentemente não dispor de bases fixas e de continuidade física para a sua consecução, como querem alguns. Tratam-se de organizações muito bem estruturadas, com uma estratégia territorial bem montada em termos de um território-rede, mas que de modo algum funcionam alheias às outras formas de organização territorial, ora se conjugando com Estados-nações, ora com poderes locais, ora com redes globais. Apesar de móvel, relativamente fluido, descentralizado e espacialmente fragmentado, o terrorismo internacional dispõe de uma articulação complexa e multiescalar que aciona vários tipos de “recursos territoriais”, desde a base físico-natural como a que dispõem os seguidores de Bin Laden no Afeganistão até as redes técnicas mais sofisticadas da globalização.

Ao exemplo da Al Qaeda, podemos acrescentar o do próprio Afeganistão dos talibãs. Tratado quase sempre como o exemplo de territorialismo ou de território fechado, voltado para dentro e unificado em torno de uma identidade cultural muito arraigada, totalmente alheio às redes da globalização, o Afeganistão talibã era na verdade muito mais complexo. Primeiro, porque seu território nunca correspondeu à identidade étnica e/ou religiosa fechada que muitos lhe atribuíam. As dificuldades do recente acordo de paz mostraram a diversidade étnica do país e a multiplicidade dos interesses em jogo. É verdade que os talibãs tentaram impor a sua visão de mundo pautada na ortodoxia muçulmana para todos os habitantes do país. Mas mesmo no seu auge o movimento não abriu mão completamente de conexões com redes de escalas muito mais amplas, como a do tráfico de drogas (o país é um dos maiores produtores mundiais de ópio), do tráfico de armas e do próprio terrorismo internacional, como acabamos de ver através da Al Qaeda e do refúgio dado a seu líder Osama Bin Laden.

Percebe-se claramente, assim, como é na conexão entre territórios-zona (no caso, o estado afegão), territórios-rede (os circuitos do narcotráfico, do tráfico de armas e do terrorismo internacionais) e aglomerados de exclusão (a maior parte da população afegã na miséria, alvo fácil para a ideologia talibã e as redes ilegais da economia) que o espaço geográfico efetivamente se manifesta. Separamos estas três noções ou elementos do espaço, mas o fundamental é mostrar os elos que as unem, suas sobreposições e conexões, seja em termos “horizontais”, numa mesma escala, seja em profundidade ou “verticalmente”, no sentido das múltiplas escalas conectadas em que eles ocorrem.

É pela capacidade de conectar estes elementos, ativando e retirando de cada um o que lhe é mais vantajoso, que o megaterrorismo consegue tanto êxito. Seus adeptos são capazes de utilizar, ao mesmo tempo, tanto os meios colocados à sua disposição pela nova geografia da “sociedade em rede” (Castells, 1996) quanto da velha geografia dos territórios definidos em função dos

⁶. Embora o grupo Al Qaeda tenha feito uso de muitas cavernas naturais e tenha tirado vantagem do relevo acidentado e do clima árido do Afeganistão, devemos lembrar que suas bases principais em cavernas próximas a Kandahar não eram uma simples “dádiva da natureza”, mas *bunkers* sofisticados. Como dizem Carmo e Monteiro (2001), “o projecto do *bunker* foi confiado, em 1998, a um grupo de engenheiros alemães. Trata-se de um sofisticado sistema de passagens e galerias, cavado na rocha até uma profundidade de mais de meia centena de metros. As diferentes secções, distribuídas por vários andares, estão ligadas entre si através de vários elevadores” (p. 103). A estrutura, a um preço de dezenas de milhões de dólares, “foi concebida para permitir a sobrevivência e autonomia de mais de oitenta pessoas, por um período de pelo menos seis meses”. (p. 104)

condicionantes físicos do meio. A agilidade com que eles se deslocam, usufruindo as facilidades que cada um destes espaços lhes proporciona, se contrapõe à falta de agilidade com que a lógica territorial uni-escalar dos Estados-nações ainda se move.

Uma lição que o terrorismo nos traz é a de que a eficácia do poder, hoje, passa pela capacidade e a agilidade de atuar nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de território, usufruindo assim das vantagens que cada um deles proporciona. Se há algum aprendizado a tirar da lógica territorial do terror é que, hoje, o poder pode estar nas mãos de quem é capaz de “jogar” com essas múltiplas escalas: do local ao regional, ao nacional e ao global. Quanto mais presos ficarmos a um território (ou a um dos três elementos do espaço) e a uma escala específicos, mais estaremos sujeitos a perder o poder de controlar fenômenos e ações.

Retomando nossas concepções de território-zona e território-rede podemos afirmar que, a partir do exemplo da espacialidade da Al Qaeda, não é, definitivamente, o território que se esvai, mas um tipo de territorialidade. Se definirmos o território, grosso modo, nos termos de Chivallon (1999), como “a experiência total do espaço”, podemos dizer, seguindo a autora, que o território pode ser descartado enquanto conceito, pois esta “experiência total” (no sentido político, econômico e cultural) seria cada vez mais difícil de ocorrer. Entretanto, no nosso ponto de vista, devemos redefinir o que representa hoje uma “experiência integrada” (termo mais apropriado que “total” – pois nunca é total) do espaço. Se no território tradicional esta vivência se dava num mesmo espaço, onde se conjugavam todas as dimensões sociais, hoje, nos territórios-rede em que estamos conectados, é possível uma experiência integrada quando temos acesso, como alguns membros da Al Qaeda, à multiplicidade de espaços/escalas em que é possível se desdobrar a vida humana.

Assim, diferentemente de Chivallon, que propõe que o conceito de território seja substituído pela concepção de espacialidade, consideramos que é preciso redefinir o que concebemos como uma “experiência integrada” (ou “integral”) do espaço. Isto significa que o território continua cada vez mais complexo, apresentando-se para cada grupo cultural e para cada classe social com uma configuração diferente, mas alguns (mas) deles(as) sendo capazes de vivenciar mais plenamente esta complexidade.

Na verdade coexistem hoje diversas formas de experimentar “integralmente” o espaço. Se convivemos num mundo tão desigual e com uma massa tão grande de excluídos, é evidente que vamos encontrar desde a elite que efetivamente usufrui da multiterritorialidade e da multi-escalaridade planetária, até os grupos mais fixados à terra, como os indígenas e os pequenos agricultores, e aqueles quase totalmente dela excluídos, como muitos dos sem-teto defendendo suas marquises ou seus abrigos em viadutos nas ruas das grandes cidades. Lutar por uma sociedade mais solidária e muito mais igualitária significa, portanto, lutar também pelo acesso a esta multiterritorialidade planetária, onde cada um possa acionar um território-rede que vai do local ao global. A esperança é que a “descoberta” desta espécie de recurso pautado na multiterritorialidade pode estar não só a serviço dos arautos do terror, como os membros da Al Qaeda, mas também a serviço de novas iniciativas democráticas, como a do movimento zapatista de Chiapas.

Bibliografia

- BADIE, B. *La fin des territoires*. Paris: Fayard, 1996. (ed. portuguesa: O fim dos territórios. Lisboa, Instituto Piaget, s/d)
- BERQUE, A. *Vivre l'espace au Japon*. Paris: PUF, 1982.
- BODANSKY, J. *Bin Laden: o Homem que declarou Guerra à América*. São Paulo: Ediouro, 2001.
- BRUNET, R. et al. (orgs.) *Les mots de la Géographie*. Paris: La Documentation Française; Montpellier: Reclus, 1993.

- CARMO, R. e MONTEIRO, C. *Eu, Mujahid Usamah Bin Ladin, o Homem Invisível*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2001.
- CASTELLS, M. *The Network Society*. Malden e Oxford: Blackwell, 1996 (ed. brasileira: A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999)
- CHIVALLON, C. 1999. Fin des territoires ou necessite d'une conceptualisation autre? *Géographies et Cultures* n. 31, Paris: L'Harmattan.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: EdUNESP, 1991.
- HAESBAERT, R. *Blocos Internacionais de Poder*. São Paulo: Contexto, 1990.
- _____. O mito da desterritorialização e as regiões-rede. In: *Anais do 5º. Encontro Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994.
- _____. Des-territorialização: entre as redes e os aglomerados humanos de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia* n. 1. Niterói: UFF-EGG, 1999.
- _____. Território, Cultura e Desterritorialização. In: Rosendhal, Z. (org.) *Religião, Território e Identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001a.
- _____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001b.
- _____. Le mythe de la déterritorialisation. In: *Géographies et Cultures* n. 40. Paris: L'Harmattan, 2001c.
- HAESBAERT, R. (org) *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 1998.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- HUNTINGTON, S. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- LÉVY, J. A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? *Espaces Temps* n. 51/52. Paris, 1993.
- MASSEY, D et al. *Rethinking the Region*. Londres: Routledge, 1998.
- MITCHELL, D. *Cultural Geography: a critical introduction*. Oxford e Malden: Blackwell, 2000.
- MORIN, E. Por uma Globalização Plural. *Folha de São Paulo* 31 de março. São Paulo, 2002.
- MORIN, E. e KERN, A. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- O'BRIEN, R. *Global Financial Integration: the end of Geography*. New York: The American Institute of International Affairs and Council for Foreign Relations Press, 1992.
- O'TUATHAIL, G. Political Geography III: dealing with deterritorialization. *Progress in Human Geography* 22(1), 1998.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Écogénese territoriale et territorialité. In: Auriac, F. e Brunet, R. (cords.) *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard/Diderot, 1988.
- ROBERTSON, R. Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In: Featherstone, M. et al. (eds.) *Global Modernities*. Londres: Sage Publications, 1995 (editado em português como o cap. 12 do livro "Globalização". Petrópolis, Ed. Vozes, 1999).
- SACK, R. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: Cox, K. *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local*. Nova York: Guilford Press, 1997.
- VELTZ, P. *Mondialisation, Villes et Territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- VIRILIO, P. Fin de l'Histoire, ou fin de la Géographie? Um monde surexposé. *Le Monde Diplomatique*, agosto 1997.